

LINGUAGEM E IDENTIDADE NO FILME *ENTRE LES MURS*

Gabriela de Sousa Costa (UECE)
gabriela.lettras@yahoo.com.br
Dr^a. Claudia Nogueira de Alencar (UECE)
claunoce@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Stuart Hall (2011) afirma que “A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridos culturais.” Na França, essa realidade é muito latente, principalmente, desde o final da segunda Guerra Mundial quando o fluxo migratório aumentou em grande escala. A população francesa é composta de um número estimado de imigrantes e/ou filhos de imigrantes, em sua maioria, vindos dos países africanos, como Argélia, Tunísia, Mali e Marrocos. Muitos são os motivos, como a miséria, conflitos políticos, guerras, a falta de oportunidade, pobreza, que foçam as pessoas a sair de seu lugar de origem em busca de uma nova expectativa de vida em outro lugar.

No entanto, a oportunidade “prometida”, muitas vezes não é alcançada. Costa¹ nos esclarece que:

Certos grupos de origem estrangeira sofrem a estigmatização e marginalização, e concentram atualmente uma parte importante de problemas econômicos e sociais, como o desemprego, a falta de escolarização e a criminalidade (COSTA, 2007).

Spivak pergunta “Pode o Subalterno falar?”. Enquanto os franceses tentam esquecer os conflitos oriundos do hibridismo cultural, deixando os imigrantes isolados em bairros pobres e afastados do centro e sem grandes perspectivas de vida, Laurent Canet lança em 2008 uma transposição para as telas do romance de François Bégaudeau *Entre les Murs*, que escancara para o mundo a discriminação, injustiça e marginalização sofrida por africanos e asiáticos que vivem em território francês.

O filme é estrelado por “não-atores”, alunos de uma escola da periferia de Paris, e pelo próprio Bégaudeau no papel do professor François Marin. Esta adaptação ganhou diversos prêmios nacionais e internacionais e tem sido estudada por diferentes áreas do conhecimento e sob diversas perspectivas.

A narrativa gira em torno de uma classe de 8º ano de uma escola no subúrbio parisiense. Considerada a mais problemática e até estigmatizada pelo corpo docente. A turma é formada por alunos, em sua maioria, pobres, imigrantes e/ou filho de imigrantes africanos e asiáticos que vivem em constantes choques com os professores. No entanto, esta obra cinematográfica transcende a apresentação de problemas pedagógicos e da relação difícil entre um professor e seus alunos. O filme é um retrato do hibridismo - “a fusão de diferentes tradições culturais e seus conflitos” (Hall, 2011, p. 91) - na sociedade pós-moderna francesa. Os “muros” mostrados são muitos, como crise de

¹ Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em ciências políticas pela Universidade de Paris 1.

identidade; o sentimento de não-pertencimento, a língua (francesa), a cultura, entre outros.

A aula de francês é o lugar em que esse hibridismo vai se configurando e as múltiplas identidades dos alunos vão sendo (re)construídas, (re)afirmadas e negadas a partir de seus *atos de fala*. A experiência da diáspora vivida por eles ou por seus pais provoca uma necessidade maior de se afirmarem como “africanos negros”, franceses, marroquinos ou árabes, diante dos demais, crendo eles, portadores de uma identidade consolidada e estável. Nessa perspectiva Ernest Gellner acredita que:

A ideia de um homem (sic) sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas parece, agora, como tal.

(GELLNER, 1983, apud HALL, 2011, p.48).

Ao longo do filme, essa concepção de nação como algo inato ao homem vai sendo apresentada e discutida em diversos *jogos de linguagem*.

Hall (2011) afirma que “A maioria das nações consiste de culturas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta - isto é, pela supressão forçada da diferença cultural” (p.60). Assistindo ao filme, podemos encarar o professor Marin, como o seu nome já diz em francês “marinheiro”, aquele que desbrava e conquista novas terras, sendo a língua um ponto central nessa conquista. A “imposição” de uma língua culta ou padrão, que não leva em conta seu contexto social e principalmente seu contexto “multicultural”, faz com que os alunos não se reconhecem nela (na língua). Hall conceitua o termo “multicultural” como:

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retém algo de sua identidade ‘original’[...] ‘Multicultural’, entretanto, é, por definição, plural. (HALL, 2003, p.52).

É entorno dessa problemática que se concentra o recorte analítico desse trabalho. Considerando a linguagem como ação, a partir da proposta de Wittgenstein e Austin, cujos estudos nos conduzem a entender que a linguagem deve ser percebida como forma de prática social, estudamos a obra fílmica como uma prática cultural, levando em conta não apenas a produção discursiva como característica dessa prática, mas também a sua recepção. Por isso, utilizamos como técnica metodológica a entrevista etnográfica de um imigrante africano de Guiné-Bissau, após assistir ao filme. Nela o entrevistado (J.) discute as relações de poder entre o professor e os alunos, as construções identitárias dos jovens africanos e os conflitos decorrentes da situação diáspora e hibridismo cultural no filme.

A partir do diálogo entre os *atos de fala* dos personagens do filme e a entrevista realizada, podemos fazer um paralelo entre as situações vividas na narrativa e as situações reais colocadas por J. . E desta forma perceber se o filme aborda ou não de

forma estereotipada a situação conflituosa dos imigrantes africanos em território francês a partir de suas construções discursivas.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1. A linguagem em Wittgenstein e Austin

Para muitos estudiosos das décadas de 1940 e 1950, a linguagem era defendida a partir de uma visão tradicionalista, descritiva, designativa. O filósofo Wittgenstein provocou uma reviravolta na filosofia e na linguística de seu tempo ao propor uma nova visão sobre a linguagem. Devemos compreender que o pensamento wittgenstiano sofreu mudanças, tendo dois momentos. O primeiro em sua obra *Tractatus* em que ele defendia uma concepção de que “[...] as palavras têm sentido porque há objetos que elas designam: coisas singulares ou essenciais” (OLIVEIRA, 2006, p. 121), podendo ser percebida como uma reformulação da teoria tradicional. O segundo momento em *Investigações Filosóficas* concluindo que a designação ou nomeação das coisas do mundo não é a principal e nem a única função da linguagem.

Então, o filósofo nos propõe uma nova concepção ao esclarecer que a linguagem é uma atividade humana como qualquer outra, entendo que ela não se resume a uma essência descritivista, mas deve ser vivenciada como forma de ação social. Assim, não podemos mais separar a linguagem do agir, e nem o agir pode mais ignorar a linguagem, que se realiza sempre em “contextos de ação”, que Wittgenstein chama de formas de vidas. “Tantas são as formas de vida existente, tantos são os contextos praxeológicos, tantos são os modos de uso da linguagem, ou, como Wittgenstein se expressa, tantos são os jogos de linguagem”. (OLIVEIRA, 2001, p.138).

O conceito de jogos de linguagem é ponto central do segundo pensamento de Wittgenstein, no entanto, como adverte Oliveira (2001), ele não define exatamente o que é, já que para sua maneira de pensar a linguagem, isso seria impossível. Contudo, esse conceito pretende esclarecer que o sentido das palavras só se faz no contexto em que elas estão inseridas, ou seja, no seu processo de interação social, seguindo regras pré-estabelecidas, assim como em um jogo de futebol, por exemplo.

Assim como Wittgenstein, Austin (1990) defende que a linguagem não se resume a descrever ou declarar fatos. A partir dessa perspectiva, ele defende que devemos pensá-la como uma forma de ação, ou seja, que ao dizermos algo não estamos só descrevendo ou dando nome as coisas do mundo, mas estamos agindo através de nossas palavras.

Na Conferencia I, Austin diferencia o proferimento constatativo e o performativo, sendo o primeiro o uso de uma declaração para descrever e/ou declarar fatos. O segundo, utilizado não apenas para descrever, mas como a própria palavra vinda do inglês *to perform* (realizar, fazer) já nos diz, ele é usado para agir, fazer algo no ato da sua enunciação. No entanto, ele nos explica que para um proferimento performativo execute uma ação, ele deve ser dito sob certas condições, em determinadas situações, por determinada pessoa e em um conjunto de regras pré-estabelecidas e que essas sejam de conhecimento de todos os participantes.

Será mesmo que ao proferirmos uma declaração como: “O livro está em cima da mesa”, eu também não estou agindo? Em sua última Conferência, Austin acaba negando essa dicotomia proposta inicialmente, pois ele percebe que os proferimentos

constatativos têm, na verdade, uma dimensão performativa. Se eu digo “O livro está em cima da mesa” eu também estou agindo, pois afirmar também é uma forma de agir. Desta forma, ele estende essa concepção performativa não apenas para determinadas declarações, mas para toda a linguagem, concluindo que “todo ato de fala não só realiza uma ação, como é a própria ação” (BONFIM, 2011, p. 57, grifo do autor).

A teoria dos Atos de fala de Austin tem influenciado muitas pesquisas desde então, principalmente, na área da linguística. Os estudos de ALENCAR (2009), FERREIRA (2007) e RAJAGOPALAN (2010) são relevantes para não perdermos o foco principal do pensamento austiniano, que por muitos vem sendo mal interpretado, principalmente, por Searle, que acabou deixando de lado a concepção de ação social da linguagem.

A relação entre essa teoria e a questão da construção da identidade é de total importância para o desenvolvimento desse trabalho, pois “as identidades são construídas dentro e não fora do discurso” (HALL, 1996, p.109), ou seja, as identidades são construídas a partir dos *atos de fala*, performativamente.

2.2. Identidade do sujeito pós-moderno

Stuart Hall no livro *A identidade cultural na pós-modernidade* oferece uma contribuição relevante para as discussões desse artigo ao tratar da condição do sujeito pós-moderno, que antes era visto como “*portador de uma identidade unificada e estável*”, mas que, no entanto, “*está se tonando fragmentado, descentrado*”, já que agora passa a ser portador não de uma, mas de várias identidades. Segundo ele, a identidade na pós-modernidade é “uma celebração móvel”, sendo transformada, modificada continuamente face à maneira como somos representados ou interpretados nos sistemas culturais ao nosso redor. Assim, o sujeito pode assumir identidades diferentes em diferentes momentos, não sendo essas identidades unificadas ou coerentes, mas instáveis, contínuas e contraditórias.

O autor, então, define três concepções distintas de identidade:

- Do sujeito do Iluminismo,
- Do sujeito sociológico e
- Do sujeito pós-moderno.

O primeiro é visto como sendo uno, centrado, cujo núcleo do “eu” interior (identidade) nascia com ele e se desenvolvia ao longo de sua vida, no entanto permanecia essencialmente o mesmo até o fim de sua existência. A segunda concepção se caracteriza por entender a identidade como um resultado da interação entre o indivíduo e a sociedade. O centro do “eu” interior se (trans) forma a partir da relação com outros mundos culturais, com outras identidades. “A identidade, então, costura o sujeito à estrutura” (Hall, 2011,p.12) Isso porque ela preenche o espaço entre o eu e o mundo ou o interior e o exterior. O terceiro, como já foi apresentado anteriormente, é marcado por não ter uma identidade permanente e imutável. Hall nos expõe que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Compartilhando dessa perspectiva, trabalharemos com a terceira concepção de sujeito apresentada, analisando como os sujeitos, personagens do filme, vão sendo configurados e apresentados.

2.3. Identidade Nacional como Comunidades Imaginadas

De acordo com Hall, “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural”. Roger Scruton nos expõe que:

A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo - como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo ao qual ele pode até não dar nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar” (Scruton, 1986, *apud* Hall, p. 48)

O autor fala da necessidade do sujeito de se definir a partir de uma identidade nacional, que parece a ele algo de sua essência, ou seja, algo que já nascemos. Daí a precisão de nos identificarmos como africano, francês, árabe, marroquino, antilhano, etc.

No entanto, Hall defende que as identidades nacionais não nascem conosco, elas são formadas e transformadas no interior da representação, ou seja, sabemos o que significa ser francês ou brasileiro, por exemplo, devido o modo como esses são representados pela cultura nacional. O autor nos esclarece esse pensamento ao dizer que:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (HALL, 2011, p.51)

Esses sentidos nascem das histórias, da literatura, das narrativas populares que são contadas sobre determinada nação, criando imagens que simbolizam ou representam a essência que “dá sentido” à nação. No Hino Nacional Francês, por exemplo, “*que um sangue impuro, revista o nosso arado*”, podemos perceber a representação de um povo francês como “de sangue puro”, homogêneo, uno.

Desta forma, Benedict Anderson (1987) explica que a identidade nacional é uma comunidade imaginada, e as diferenças entre as nações estão nas maneiras diferentes que elas foram imaginadas.

Apesar das diferenças de classes, gênero, raça que existam entre os membros de uma nação, a cultural nacional procura unificá-los, representando todos como parte de uma mesma “grande família nacional”, como nos coloca Hall. No entanto, o referido autor nos esclarece que “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade” (Hall, 2011, p. 62).

2.4. Hibridismo cultural

“Algo está fora de controle, mas não fora da possibilidade de organização.” Homi Bhabha

Homi Bhabha nos dá um suporte fundamental para entendermos um pouco mais a hibridização e a diáspora. O pensamento do autor parte de sua própria

experiência diaspórica como indo-britânico, que vivenciou a “dispersão dos povos”. Essa “dispersão” ou “espalhamento”, como nos esclarece Hall, é uma consequência da migração que acontece devido à falta de oportunidades e pobreza (“os legados do Império em todo parte” HALL, 2003, p.28)

Segundo Hall, a globalização rompe com as fronteiras nacionais, dando uma nova visão ao que entendemos de espaço e tempo. Os laços que existiam entre a cultura e o “lugar” vão sendo dissolvidos com a ajuda das “novas” tecnologias, que conseguem nos aproximar de culturas que estão situadas a uma grande distância de nós. No entanto, devemos saber diferenciar “os lugares” que permanecem fixos, onde temos “raízes”, do espaço “que pode ser cruzado num piscar de olhos - por avião a jato, por fax ou por satélites.” (Hall, 2011, p.73)

Segundo Bhabha, as culturas pós-coloniais são marcadas por histórias de deslocamento de espaço e de origem, isso desde a época da escravidão, quando os negros africanos eram levados da África para o trabalho forçado em outros continentes, além do próprio deslocamento das metrópoles às colônias, e vice-versa. Ocasionalmente, assim, uma aproximação de diferentes culturas, tornando mais evidente que elas não são homogêneas ou unas, mas heterogêneas ou híbridas.

Stuart Hall nos esclarece que o termo “hibridismo” é utilizado para fazer referência a culturas mistas e diaspóricas. No entanto, ele acredita que seu sentido está sendo mal interpretado:

“Portanto não levo a sério o argumento de Robert Young (1995) de que o uso do termo ‘hibridismo’ simplesmente restaura o velho discurso da diferença que se tentava superar. Isso é ninharia. Certamente, os termos podem ser desarticulados de seus significados originais e rearticulados. Obviamente minha preocupação tem sido com o hibridismo cultural, o qual relaciono à combinação de elementos culturais heterogêneos em uma nova síntese- por exemplo a ‘creolização’[...]” (HALL, 2003, p.89)

Essa “creolização”, consequência da hibridização, torna-se mais evidente no nível linguístico, onde o crioulo ou “colonizado” se apropria da língua da cultura dominante, no caso do filme, o francês, e a transforma ou a desestabiliza (como sugere Hall), dando novos índices de valor as palavras, modificando as estruturas sintáticas, etc. No entanto, os efeitos da hibridização cultural e da vivência da diáspora não se fazem no sujeito de maneira estável e/ou livre de conflitos. Hall (2003) esclarece que “na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas” (p.26). Desta maneira, as crises de identidades acontecem, pois os diferentes “eu” nos impulsionam a direções contrárias, e ficamos na tentativa de tomarmos uma posição coerente e lógica frente às distintas situações com as quais nos deparamos.

3. CORPUS E MÉTODOS

Esse trabalho busca perceber como são construídas as identidades dos alunos personagens do filme a partir de suas práticas discursivas e da análise de uma entrevista feita com um imigrante africano de Guiné-Bissau (J.).

Guber (1991) nos traz uma abordagem bastante relevante sobre a entrevista antropológica, descreve sua importância, suas possíveis finalidades, caminhos a trilhar

durante a investigação. A entrevista desenvolvida nessa pesquisa tem um caráter experimental, em que a preocupação não era o detalhamento minucioso das perguntas e temas como alguns propõem, mas a discussão e o envolvimento do entrevistado com as questões abordadas no filme.

A entrevista tem duração de uma hora. J. discute a narrativa e seus temas principais e traça constantes paralelos com a sua realidade de imigrante africano. Foram feitas perguntas gerais sobre a obra fílmica, deixando o entrevistado livre para falar das cenas, fazer comparações, apresentar e discorrer sobre os temas, sem induzi-lo a respostas que favorecessem a análise. Para isso, J. não foi informado do tema que permeia essa pesquisa antes da entrevista, mas apenas de que se tratava de um trabalho de investigação sobre questões abordadas na obra de Laurent Canet.

A longa duração da entrevista impede que seja feita uma análise detalhada nesse artigo de cada ponto apresentado e debatido por J. Desta forma, serão discutidas apenas questões de maior relevância para esse trabalho.

4. DISCUSSÕES

Na fase inicial da entrevista, J. discute o título do filme, em português, *Entre os muros da Escola*, que se justificaria por ter como espaço físico de gravação a escola, no entanto, são trazidos para esse espaço todos os outros problemas sociais. Segundo ele, principalmente por se tratar da realidade francesa, especificamente parisiense, onde o fluxo migratório é intenso. Partilhando dessa mesma visão, e acreditando que os muros mostrados são muitos, como a língua, a diáspora e hibridismo cultural, que optei por utilizar ao longo da pesquisa o título original *Entre les Murs*, que não restringe à um os muros apresentados.

Em seguida, procuro instigá-lo a falar de sua chegada ao Brasil, suas motivações, dificuldades enfrentadas e desafios, no entanto, o entrevistado não se sente ainda à vontade para falar de aspectos mais íntimos da sua vida. De maneira estratégica, ele apresenta apenas informações mais comuns como ano de sua chegada (2005), universidade (UFC), curso escolhido (história) e seu mestrado em Antropologia. No entanto, essa postura de distanciar suas experiências vividas das discussões não é sustentada por muito tempo e ao longo das demais discussões J. insere comparações e divide experiências vividas como imigrante.

J. questiona o posicionamento da França, que por um lado “traz um discurso de liberdade, igualdade e fraternidade”, mas que por um lado não consegue viver esse “escudo” idealizado no Iluminismo. Segundo ele, isso pode ser visto no problema de inserção dos imigrantes, no problema grande de aceitação desses imigrantes ou de seus ex-colonizados dentro da sociedade francesa.

Em uma cena do filme em que o professor de informática se desentende com seus alunos e desabafa com seus colegas, podemos perceber claramente essa relutância de aceitação:

[...] parece que olham através de nós quando tentamos ensiná-los. Então que **continuem na merda!** Não sou eu que vou correr atrás! São tão desprezíveis, de uma má fé, sempre tirando sarros... **Fiquem lá no seu bairro podre.** Vão morrer por lá e é bem feito. (COSTA, 2007, grifo meu).

Para J. essa concepção do professor do filme foi um discurso muito marcado na França, onde os habitantes dos países colonizados eram vistos como “os sem culturas, incivilizados, a-históricos”, mas no momento em que a França precisa desses imigrantes, em sua maioria africanos, principalmente para servirem durante a Segunda Guerra Mundial, o discurso é de que todos são franceses, embora diferentes na cor da pele e na cultura.

Para fomentar a discussão sobre a crise de identidade apresentada no filme, o entrevistado toma como ponto de partida uma cena em que uma aluna diz que é francesa, mas não se orgulha disso. Desta maneira, J. analisa como essa crise é generalizada, sendo compartilhada não só pelos alunos, mas pelo próprio professor Marin, que ao construir os exemplos durante as suas aulas, sempre coloca em suas frases nomes e comidas americanas. Essa postura de Marin provoca discordância entre os alunos, que não conseguem se perceber naquela realidade, por isso questionam o professor o motivo de não utilizar nomes africanos, ou seja, nomes que tenham uma ligação com aquilo que eles são ou desejam ser. Segundo J., existe uma imposição forçada de que eles se considerem franceses e uma tentativa de anulação de suas influências e ancestralidades, mas que no entanto eles não são vistos como franceses nem por eles mesmos, nem pelos outros. J. no esclarece que os alunos são claramente a representação dos excluídos, dos simbolicamente minoritários, mas maioria quantitativamente. Essa falta de voz dessas camadas é questionada quando J. diz que:

“Por mais que se fale dos direitos humanos, de uma cultura, de uma identidade, o “padrão” não parte de nós de Guiné-Bissau, do Mali ou do Senegal, sempre vem lá de cima”.

No entanto, ele esclarece que a Europa ainda significa prosperidade, esperança, uma vida melhor na visão dos africanos. E mesmo nesse período a crise europeia, não abala essa concepção de que “certamente lá a gente pode ter uma vida melhor ou como a gente ver na tv pelo menos”. Nessa discussão percebemos a mídia influenciando na construção do “sonho europeu”, na possibilidade de ascensão de vida e a idealização de um continente. Apesar de toda essa construção, J. faz questão de lembrar que isso vem com um preço caro, como os jovens que constantemente morrem em naufrágios no Mediterrâneo ao tentarem chegar à Europa.

Outro ponto bastante relevante para a análise foi a relação dos personagens com a língua francesa e/ou com sua língua materna. O entrevistado aponta a cena em que a mãe é chamada na escola para conversar com o professor sobre a situação disciplinar do seu filho, mas ela não consegue defendê-lo, pois a língua francesa era um obstáculo, já que ela não falava e precisava de seu outro filho fazer as traduções. Desta forma, temos a língua como um ponto de negação ou afirmação de identidade, principalmente, durante as aulas de francês, em que os alunos modificam a forma padrão na tentativa de recusar essa imposição linguística. Nesse trecho a seguir, J. no expõem um pouco a realidade vivida em seu país:

“O crioulo é a minha língua. Falo mais em crioulo do que português com a minha filha (nascida no Brasil). Quero que ela aprenda português também, porque é uma obrigação, já que as aulas em Guiné-Bissau são em português. Eu nasci falando outra língua. Eu aprendi a falar português na escola. Não necessariamente nos muros da escola, mas em sala de aula, mas quando falava com o colega ao lado, cochichava com o colega

ao lado, eu falava crioulo. O português estava ali como uma língua oficial, uma língua imposta”.

Podemos perceber que a situação apresentada também é e foi vivida por J. e que as imposições linguísticas ocorrem também dentro do seu próprio país de origem. Segundo ele, a língua define nações, que por mais que se distanciem geograficamente e por questões raciais, a língua também tem o poder de aproximar e não apenas de afastar nações ditas diferentes. No entanto, nesse momento da entrevista, fiquei bastante emocionada, pois foi bastante doloroso ouvi-lo dizer que o crioulo é aquilo que ele considerava de mais precioso na sua cultura e sua identidade, mas que estava sendo tirado dele. Ao fazer esse paralelo com a realidade vivida no seu país, me fez pensar e refletir qual a nossa parcela de culpa como falantes de língua portuguesa nessa imposição linguística e cultural que países africanos lusófonos sofrem? Muito é debatido sobre o imperialismo americano, onde a língua inglesa ganha cada dia mais espaço no mundo e em relação a outras línguas, mas quais discussões estão sendo traçadas em relação à imposição da língua portuguesa em alguns países?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises, verificamos que os conflitos estabelecidos e desenvolvidos na obra fílmica não estão fora de contexto ou foram estereotipados para o desenvolvimento de um trabalho ficcional. Eles são uma realidade vivida de fato por imigrantes africanos, que devido às relações de poder desiguais, não conseguem ter voz na sociedade e ficam sempre à margem em relação aos habitantes de países dominantes economicamente.

As questões ligadas à crise identitária, sentimento de não-pertencimento, ideia de nação, posicionamentos contraditórios do sujeito pós-moderno, discutidas por Homi Bhabha e Stuart Hall, vão se configurando no filme e ao longo da entrevista a partir dos atos de fala dos personagens e do entrevistado. Desta forma, devemos defender que a linguagem seja compreendida como forma de ação, pois é discursivamente, sobretudo, que os sujeitos constroem suas identidades e que são negociadas as relações de poder.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Linguagem e Medo da Morte: uma introdução à linguística integracionista. Fortaleza: EdUECE, 2009.

AUSTIN, John Langshaw. Quando Dizer é Fazer: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcones de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONFIM, Marco Antonio Lima do. Queres Saber como Fazer Identidades com Palavras? uma análise em pragmática cultura da construção performativa do sem terra assentado no MST-CE, 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza.

COSTA, Paulo Fernando. A França e os imigrantes: uma questão atual. Entrevistadoras: Celina Aquino e Leticia Souki, 2007. Acessado em: 02/02/2012. Disponível em: <<http://www.dcs.pucminas.br/coreu/omundo/index.php?page=noticias/a-franca-e-imigrantes>>

ENTRE les Murs. Direção: Laurent Cantet. Produção: Caroline Benjo e Carole Scotta. França, 2011. 1 DVD (128 min), son., color.

FERREIRA, Raimundo Ruberval. Guerra na língua: mídia, poder e terrorismo. Fortaleza: EdUECE, 2007.

FILHO, Danilo Marcondes de Souza. A Teoria dos Atos de Fala como Concepção Pragmática de Linguagem. Revista Filosofia Unisinos, n. 7(3). p. 217-230, set/dez, 2006.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Tradução Tomaz da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidade e mediações culturais. Organização: Liv Sovik, Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidades? In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Tormaz Tadeu da Silva (Org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2000.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Nova Pragmática: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.